

# Privacidade e Proteção de Dados

## Direitos de titulares de dados

Você sabia que seu material didático é interativo e multimídia? Isso significa que você pode interagir com o conteúdo de diversas formas, a qualquer hora e lugar. Na versão impressa, porém, alguns conteúdos interativos ficam desabilitados. Por essa razão, fique atento: sempre que possível, opte pela versão digital. Bons estudos!

Nesta webaula, estudaremos os direitos do titular de dados.

### Direitos do titular de dados

Os dados pessoais pertencem ao cidadão, indivíduo ou titular de dados. Quando uma empresa inicia o tratamento de dados pessoais, ela possui responsabilidades que incluem seguir os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

E os titulares de dados possuem direitos tais como:

- Confirmação de existência de tratamento.
- Acesso aos dados.
- Correção de dados.
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários.
- Portabilidade.
- Eliminação de dados consentidos.
- Informação sobre compartilhamentos.
- Informação sobre consentimento.
- Revogação do consentimento.

As empresas devem garantir que os direitos dos titulares sejam cumpridos, estabelecendo processos, implementando tecnologias e treinamento as pessoas.

### Direito de acesso aos dados

Acesso aos dados podem ser solicitados pelos titulares e devem ser cumpridos imediatamente (simplificado) ou em até 15 dias (completo). O direito de acesso aos dados pode ser complementado por um outro direito do titular, a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

### Vazamento de dados

Em caso de um vazamento de dados, a empresa deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares. A notificação de violação ou a comunicação deve, no mínimo, incluir:

- Descrição da natureza dos dados pessoais afetados.
- Informações sobre os titulares envolvidos.

- Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial.
- Riscos relacionados ao incidente.
- Motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.
- Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Um plano de resposta a incidentes deve ser definido pela empresa, com ações para responder às situações de emergência e exceção, resguardando evidências forenses que podem ajudar a prevenir novos incidentes e atendendo as exigências legais de comunicação e transparência.

## Direito à portabilidade e eliminação de dados pessoais

O titular de dados pessoais possui o direito à portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial. Além disso, os titulares de dados possuem o direito de solicitar a eliminação dos dados pessoais tratados pela empresa, desde que a base tenha sido o consentimento do titular. Dados necessários para cumprimento de obrigação legal ou regulatória, bem como dados financeiros e outros tratados com finalidade legítima que transcende a vontade do titular não podem ser excluídos. E os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para algumas finalidades como para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

## Transferência de dados pessoais

A transferência de dados pessoais é uma das operações de tratamento de dados pessoais, e algumas situações devem ser observadas para resguardar a privacidade dos titulares. A transferência pode ser feita na portabilidade e a transferência internacional só pode ser realizada em alguns casos. Já a transferência de dados pessoais do Poder Público para entidades privadas é vedada, com algumas exceções.

A LGPD define em seu artigo 18, que o titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador os dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

“

- I. confirmação da existência de tratamento.
- II. acesso aos dados.
- III. correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- IV. anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei.
- V. portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.
- VI. eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei.
- VII. informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados.
- VIII. informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.
- IX. revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

— (BRASIL, 2018, [s.p.]).

”

Para finalizar esta webaula, destacamos que um grande vazamento de dados de 223 milhões de brasileiros expôs dados como CPF, nome, sexo e data de nascimento, além de uma tabela com dados de veículos e uma lista com CNPJs (MEGAVAZAMENTO..., 2021). O artigo discute pontos como quais dados vazaram, por quem, além dos prejuízos envolvidos, as consequências e como proteger os dados.

MEGAVAZAMENTO de dados de 223 milhões de brasileiros: o que se sabe e o que falta saber. G1, 28 jan. 2021.

Para visualizar o vídeo, acesse seu material digital.